

## ESCRITA DE SINAIS E LEGISLAÇÃO: EXPECTATIVAS E DIFICULDADES NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

José Arnor de Lima Júnior <sup>1</sup>  
Indira Simionatto Stedile Assis Moura <sup>2</sup>  
Juliana Alves da Fonseca <sup>3</sup>  
Francisco José dos Santos Neto <sup>4</sup>  
Cristiane Araújo de Britto <sup>5</sup>

### RESUMO

A Base Nacional Curricular Comum (BNCC) configura-se como um documento com fins normativos. Tal proposta apresenta uma série de conhecimentos, os quais devem, ao longo da educação básica, ser trabalhados de maneira sistematizada. Em contraste com o preconizado pelos Estudos Surdos, há um desencontro entre as deliberações contemporâneas previstas no referido registro e as demandas por parte da comunidade surda. Isso se dá, fundamentalmente, devido a uma ausência de reconhecimento por parte das competências legais – e, por isso, essa necessidade figura como um ponto comum das lutas em torno das políticas linguísticas. Considerando essas circunstâncias, este trabalho objetiva comparar a BNCC com referencial teórico dos Estudos Surdos, com foco especial nas discussões voltadas à escrita de sinais. Para tanto, esta pesquisa inscreve-se como qualitativa de paradigma interpretativista. Em síntese, fazemos uso de materiais de diferentes autores, quais sejam, Perlin (2013), Quadros (2019) e Strobel (2008), com vistas a analisar criticamente o documento em foco. As problematizações levantadas realçam uma evidente discrepância entre as pautas do movimento surdo e a concretização dessas demandas. Mais especificamente no que se refere ao *SignWriting*, não há quaisquer menções as quais ratifiquem a importância do aprendizado da escrita de sinais. Apesar disso, a BNCC reconhece a relevância de serem trabalhadas diferentes linguagens (verbal, corporal, sonora e digital); e, para além disso, distingue o fato de as atividades humanas estarem imersas nas práticas sociais de que fazem parte.

**Palavras-chave:** BNCC, Escrita de Sinais, Estudos Surdos.

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, [josearnor.lima@ufpe.br](mailto:josearnor.lima@ufpe.br);

<sup>2</sup> Doutoranda em Língua Portuguesa da Universidade Federal de Rondônia – UNIR, [indirastedile@gmail.com](mailto:indirastedile@gmail.com)

<sup>3</sup> Especialista em Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [jullyinhaalves@gmail.com](mailto:jullyinhaalves@gmail.com);

<sup>4</sup> Especialista em Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, [fcojosenatal@gmail.com](mailto:fcojosenatal@gmail.com);

<sup>5</sup> Especialista em Libras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN; [magakika@gmail.com](mailto:magakika@gmail.com);

## INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) foi concebida com o objetivo de promover equidade e igualdade na educação, um desafio fundamental em um país vasto e marcado por profundas desigualdades como o Brasil (Brasil, 2018). Ao estabelecer diretrizes gerais para orientar os currículos estaduais e municipais, a BNCC busca garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, independentemente de suas condições sociais, culturais ou econômicas. A intenção é criar um sistema educacional que reconheça e valorize a pluralidade de experiências e diferentes modos de aprendizagem, com a missão de superar exclusões históricas e promover oportunidades justas e equitativas de desenvolvimento. Dessa forma, a BNCC pretende ser um mecanismo de inclusão e de combate às desigualdades, promovendo a integração de grupos marginalizados e assegurando que suas especificidades sejam respeitadas no contexto educacional.

Apesar desse compromisso explícito com a inclusão, a concretização das diretrizes propostas pela BNCC depende da articulação eficaz entre a União, os estados e os municípios. Essa colaboração exige que os currículos sejam adaptados às realidades locais, para que os objetivos de aprendizagem propostos possam ser alcançados de forma significativa. Contudo, mesmo que a BNCC se fundamente no desenvolvimento de competências que integram conhecimento, habilidades e atitudes, há falhas importantes no reconhecimento da diversidade linguística e cultural, particularmente no que se refere às demandas específicas da comunidade surda. A ausência de menções ou diretrizes claras sobre a escrita de sinais (*SignWriting*), por exemplo, demonstra um distanciamento entre as reivindicações do movimento surdo e as políticas educacionais em vigor. Isso indica que, embora a BNCC tenha como premissa a equidade, ela não aborda de forma suficiente as particularidades de grupos que demandam modos de aprendizagem específicos, como os estudantes surdos.

Diante desse cenário, o presente estudo visa realizar uma análise crítica da BNCC, considerando os Estudos Surdos e suas principais pautas, com ênfase na escrita de sinais, um tema que ainda é sub-representado nas diretrizes educacionais. A pesquisa tem caráter qualitativo e se apoia em uma perspectiva interpretativista, que busca compreender em profundidade as interações entre as políticas curriculares e as demandas sociais e culturais da comunidade surda. Para isso, utiliza-se de referenciais teóricos de autores como Perlin

(2013), Quadros (2019) e Strobel (2008), que discutem as questões identitárias, linguísticas e educacionais da comunidade surda no Brasil. A análise busca evidenciar as lacunas existentes entre as normativas da BNCC e as necessidades dessa comunidade, especialmente no que tange à valorização da escrita de sinais como uma ferramenta crucial para a inclusão plena dos surdos no ambiente educacional.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Conforme referido anteriormente, o embasamento teórico deste trabalho se dá em três frentes, quais sejam, uma breve discussão sobre a BNCC (Brasil, 2018); uma reflexão acerca do papel da cultura e identidade surdas (Perlin, 2013; Quadros, 2019; Strobel, 2008); e, por fim, uma sobre o conceito de *SignWriting* e a importância desse sistema na contemporaneidade (Stiehl, 2015)

A cultura surda é composta por elementos de poder e narrativas que a distinguem de outras culturas, mas frequentemente é tratada como inferior pela cultura ouvinte dominante. Essa representação reforça a ideia de que a cultura ouvinte é superior, enquanto a surda é marginalizada. Segundo Quadros (2019), muitos processos de inclusão acabam reforçando essa hegemonia, moldando as pessoas de acordo com os valores ouvintes. A identidade do Tradutor e Intérprete de Língua de Sinais (TILS), embora ligada à cultura surda, não é idêntica a ela, o que leva a diversas formas de identificação e interação cultural, influenciadas por dinâmicas políticas e culturais complexas.

Já em relação ao *SignWriting*, trata-se de um sistema de escrita criado para representar visualmente as Línguas de Sinais de maneira direta, sem a necessidade de traduzi-las para línguas faladas. Originalmente desenvolvido por Valerie Sutton em 1974 para descrever movimentos de dança, o sistema foi adaptado por pesquisadores dinamarqueses para facilitar a leitura e o registro das Línguas de Sinais. Utilizando símbolos visuais, o *SignWriting* pode registrar as diferentes configurações das mãos, expressões faciais, pontos de articulação e movimentos corporais. Ele é útil tanto para estudos científicos fonológicos quanto para o uso prático no dia a dia, permitindo que as Línguas de Sinais sejam escritas de maneira acessível e similar aos alfabetos de línguas orais, ajudando na aprendizagem e disseminação dessas línguas.

Além de servir como uma ferramenta de comunicação entre surdos e ouvintes, o *SignWriting* desempenha um papel importante na inclusão educacional, proporcionando aos estudantes surdos uma forma de aprender a escrita em sua língua natural. Ao aprender esse sistema, alunos surdos aprimoram suas habilidades cognitivas e a organização da sua língua. Embora sua aplicação ainda esteja em crescimento, o *SignWriting* já é utilizado em dicionários trilingues (Língua de Sinais, Português e Inglês), enciclopédias e outras formas de registro. Em contextos educacionais, o sistema facilita a compreensão e produção escrita dos sinais, oferecendo aos surdos novas possibilidades de acesso ao conhecimento e maior interação social por meio da escrita.

## **METODOLOGIA**

Esta investigação se ancora nos pressupostos da linguística aplicada, explorando diferentes conceitos centrais para uma discussão aprofundada. A partir das reflexões de Celani (1992), que argumenta sobre o "complexo de inferioridade" da linguística aplicada em comparação com a linguística teórica, e de Todorov (1981), que discute um paralelo nas ciências humanas em relação às ciências naturais, emerge uma compreensão crítica sobre o papel da interpretação. Enquanto as ciências naturais priorizam a exatidão, as ciências humanas buscam a profundidade, algo que Bakhtin e outros teóricos reconhecem como essencial para o entendimento dos processos sociais e linguísticos. Dessa forma, a linguística aplicada, em vez de seguir um modelo rígido, abre-se para uma "nomadologia" (Deleuze e Guattari, 1995), privilegiando a exploração de novos territórios do saber e a criação de caminhos inéditos, o que faz dela um campo mais dinâmico e inventivo, capaz de interseccionar diferentes dimensões linguísticas e culturais.

A metodologia adotada é qualitativa, com base na abordagem interpretativista. Isso significa que, em vez de buscar resultados numéricos ou generalizáveis, o foco está no entendimento profundo das experiências e dinâmicas sociais. Ao contrário do modelo positivista, que visa quantificar e provar fenômenos, a pesquisa qualitativa valoriza a riqueza dos significados, crenças e valores inerentes às interações humanas. Trata-se de um processo em que o pesquisador não se distancia dos dados, mas participa ativamente, reconhecendo sua posição como um sujeito imerso no objeto de estudo. A imprevisibilidade faz parte desse tipo de investigação, onde o objetivo é desvelar nuances

e novas perspectivas, ao invés de confirmar hipóteses prévias. O envolvimento emocional e a subjetividade do pesquisador são vistos como elementos que enriquecem a pesquisa, pois possibilitam uma análise mais detalhada dos fenômenos culturais e sociais.

O desenvolvimento do trabalho envolveu uma leitura da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecendo conexões com os Estudos Surdos e os Estudos Culturais para verificar até que ponto as necessidades e demandas da comunidade surda, especialmente no contexto da educação bilíngue, foram atendidas. Um foco específico foi dado à questão da escrita de sinais, uma das principais reivindicações da comunidade surda. A partir dessa análise, foram elaboradas categorias e organizadas em uma tabela, que mapeou as principais percepções acerca da educação de surdos na BNCC. Além disso, essa tabela serviu como base para identificar pistas investigativas que orientaram a reflexão sobre as lacunas e avanços presentes no documento, culminando na formulação das conclusões sobre o atendimento das demandas da comunidade surda no âmbito educacional.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base na análise empreendida, observaram-se aspectos proeminentes, no que toca à relação entre a BNCC e as formas de representação da Libras. O quadro a seguir sintetiza os achados:

Quadro 1 – principais achados da análise realizada

Análise	Base
A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) não aborda a educação bilíngue para surdos, nem menciona práticas de alfabetização para surdos.	A única menção encontrada à educação bilíngue se dá na página 71, não necessariamente no contexto da educação de surdos. Fala-se da necessidade de diversidade linguística no âmbito das comunidades de fronteira (migrantes, populações indígenas). No parágrafo anterior, reforça-se o papel da Libras como língua das comunidades surdas brasileiras.
A BNCC menciona a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua da comunidade surda, mas não aprofunda o tema da educação de surdos.	Menção realizada na página 70.

A Lei 14.191, de 2021, incluiu a Educação Bilíngue de Surdos como uma modalidade de ensino independente na Lei Brasileira de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).	Menção realizada na página 70.
A BNCC incentiva a utilização de diversas linguagens, como a verbal (oral, escrita e Libras), corporal, visual, sonora e digital, reconhecendo-as como essenciais para a comunicação, interação social e criação de significados em diferentes contextos, levando em conta as especificidades culturais e sociais.	A linguagem é constantemente alvo de discussão no documento – a Libras, inclusive, é mencionada como forma de expressão nas páginas 63, 65, 70, 477, 482 e 486. Apesar disso, não são dadas maiores especificações sobre quaisquer particularidades da língua de suas diferentes formas de representação – a exemplo da escrita de sinais.

Fonte: Feito pelo pesquisador, com base em Brasil (2008)

Como se nota no Quadro 1, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a língua oficial da comunidade surda, mas não aborda de maneira aprofundada a questão da educação bilíngue para essa população. As diretrizes da BNCC não trazem orientações claras sobre como adaptar práticas de alfabetização às especificidades dos alunos surdos, limitando-se a mencionar a educação bilíngue no contexto de fronteiras linguísticas, sem considerar diretamente as necessidades educacionais da comunidade surda. Embora a BNCC valorize o uso de diferentes linguagens — oral, escrita e Libras — para promover a comunicação e a interação social, a ausência de orientações sobre a escrita de sinais, como o sistema *SignWriting*, evidencia uma lacuna nas políticas que deveriam atender às demandas de alfabetização dos surdos de maneira mais inclusiva.

Essa omissão reflete um problema histórico no tratamento das línguas de sinais, que, por muito tempo, não contaram com um sistema de escrita amplamente aceito e utilizado (Ladd, 2003). O foco dos linguistas, durante décadas, foi mais voltado para a descrição dos sinais e suas nuances, sem o desenvolvimento de um sistema funcional de escrita que pudesse ser incorporado ao cotidiano dos surdos. A supervalorização da escrita no contexto social e econômico, associada à ascensão profissional e ao acesso a melhores oportunidades, também contribuiu para uma marginalização das línguas de sinais como idiomas sem representação gráfica (Lodi, 2002).

Um dos grandes obstáculos para o pleno reconhecimento da Libras como uma língua completa sempre foi a ausência de um sistema de escrita amplamente difundido, comparável ao alfabeto latino, utilizado para registrar as línguas orais. Durante muito

tempo, Libras foi considerada uma língua "ágrafa", ou seja, sem uma forma escrita (Lodi, 2002). Como mesmo apresentado anteriormente, essa realidade começou a mudar em 1974, com a criação do *SignWriting* pela pesquisadora Valerie Sutton. Esse sistema ofereceu uma nova possibilidade: registrar visualmente as línguas de sinais, permitindo a transcrição dos sinais em um formato gráfico acessível.

Ainda que o *SignWriting* tenha começado a ganhar popularidade lentamente, principalmente com o suporte de tecnologias computacionais, ele só começou a ser discutido de forma mais consistente no Brasil em 1996. Desde então, tem havido algumas iniciativas pontuais para implementar esse sistema em cursos de Libras e em projetos educacionais voltados à alfabetização de surdos. No entanto, como se percebe no Quadro 1, iniciativas ainda enfrentam desafios significativos, especialmente no que diz respeito à conscientização da sociedade sobre a importância do *SignWriting*.

Diante disso, a criação do *SignWriting* surge como uma tentativa de corrigir essa lacuna, fornecendo à comunidade surda uma ferramenta que permite a escrita de sua língua em um sistema visual. Apesar do potencial do *SignWriting* para promover a inclusão linguística e educativa dos surdos, a análise desvelou que ele não foi incorporado às diretrizes da BNCC, o que perpetua a falta de apoio institucional para a alfabetização plena da comunidade surda. Assim, as demandas educacionais dos surdos, especialmente no que diz respeito ao uso de sua língua em formato escrito, permanecem sub-representadas nas políticas curriculares, o que limita o acesso dos surdos a uma educação verdadeiramente bilíngue e inclusiva.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora a BNCC reconheça a importância da diversidade linguística e a relevância das diferentes formas de expressão, como a verbal, corporal e digital, ela não faz uma referência adequada ao *SignWriting*, um sistema que poderia ser fundamental para a inclusão da comunidade surda no contexto educacional. Ao não abordar formalmente o *SignWriting*, a BNCC ignora a necessidade de um meio de escrita que permita aos surdos registrar e comunicar suas experiências de forma autêntica, assim como os ouvintes fazem com suas línguas orais. Essa lacuna na legislação educacional não só desconsidera as especificidades da língua de sinais, mas também perpetua uma exclusão histórica, uma

vez que a comunidade surda carece de ferramentas adequadas para sua alfabetização e para a produção de textos que reflitam sua cultura e identidade.

Além disso, a falta de menção ao *SignWriting* no currículo nacional impede que os educadores sejam capacitados para integrar essa ferramenta nas práticas pedagógicas. A educação bilíngue para surdos, que inclui o uso da Libras e a escrita em sinais, deve ser vista como uma prioridade na formação de professores e na elaboração de materiais didáticos. Sem essa inclusão, as expectativas da comunidade surda em relação a uma educação que respeite suas particularidades e promova sua autonomia linguística permanecem insatisfeitas.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.
- CELANI, Maria Antonieta A. Afinal, o que é LA? In: PASCHOAL, M. S. Z.; CELANI, M. A. A. **Linguística aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Introdução: Rizoma. In: DELEUZE, F.; GUATTARI, F. **Mil Platôs – Capitalismo e Esquizofrenia**. Trad. de Aurélio Guerra e Célia Pinto Costa. São Paulo: Ed. 34, 1995.
- LADD, P. **Understanding Deaf Culture – In Search of Deafhood**. Multilingual Matters Ltd. 2003.
- LODI, A; HARRISOON, K; CAMPOS, S. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. In : LODI, A. et al. (Org.). **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Mediação, 2002.
- PERLIN, G. Identidades Surdas. In: SKLIAR, C. (org.) **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2013.
- QUADROS, R. **Libras**. São Paulo: Parábola, 2019.
- STIEHL, D. et al. Towards a SignWriting recognition system. In: **2015 13th International Conference on Document Analysis and Recognition (ICDAR)**. IEEE, 2015. p. 26-30.





STROBEL, K. **As imagens do outro sobre a cultura surda**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008.

TODOROV, Tzvetan. **Mikhail Bakhtine – Le principe dialogique**. Paris: Seuil, 1981.